

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO REGIME GERAL

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REABILITAÇÃO DE DIVERSAS
HABITAÇÕES MUNICIPAIS, A NÍVEL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA”

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| PARTE I | 4 |
| CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS | 4 |
| Cláusula 1.ª - Objeto | 4 |
| Cláusula 2.ª - Contrato | 4 |
| Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato | 5 |
| CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS..... | 5 |
| Secção I - Obrigações do Prestador de serviços | 5 |
| Subsecção I - Disposições Gerais | 5 |
| Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços | 5 |
| Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços | 6 |
| Subsecção II - Dever de sigilo | 6 |
| Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo..... | 6 |
| Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo | 6 |
| Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines | 7 |
| Cláusula 8.ª - Preço contractual..... | 7 |
| Cláusula 9.ª - Preço base | 7 |
| Cláusula 10.ª - Condições de pagamento | 7 |
| Cláusula 11.ª - Revisão de preços | 8 |
| Cláusula 12.ª – Adiantamentos..... | 8 |
| CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO | 8 |
| Cláusula 13.ª - Força maior..... | 8 |
| Cláusula 14.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines | 9 |
| CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS | 10 |
| Cláusula 15.ª – Caução..... | 10 |
| Cláusula 16.ª - Foro competente | 10 |
| CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS..... | 10 |
| Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual | 10 |
| Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações..... | 10 |
| Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos | 11 |
| Cláusula 20.ª – Legislação aplicável | 11 |

| | |
|--|-----------|
| PARTE II | 11 |
| Cláusula 21. ^a – Especificações Técnicas..... | 11 |
| Cláusula 22. ^a - Atributos da Proposta..... | 11 |

PARTE I

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para elaboração de projeto de reabilitação de diversas habitações municipais ao nível da eficiência energética, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas No Anexo I do presente Caderno de Encargos;

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo

com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de sessenta dias a partir da data da sua assinatura, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Prestador de serviços

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de serviços a obrigação de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos no prazo de sessenta (60) dias, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas previstas na parte II, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines

Cláusula 8.ª - Preço contractual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao Prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do Prestador de serviços.

Cláusula 9.ª - Preço base

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 30.000,00 (trinta mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 8.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do serviço, sendo as faturas emitidas de acordo com os serviços prestados.

3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao Prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

Cláusula 11.ª - Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 12.ª – Adiantamentos

No âmbito da presente prestação de serviços não há lugar a adiantamentos.

CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 13.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, mediante acordo prévio escrito entre as partes e com uma antecedência de 60 (sessenta) dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de serviços.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 15.ª – Caução

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 16.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual

A subcontratação pelo Prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª – Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

PARTE II

Cláusula 21.ª – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos tem como objeto a aquisição de serviços para elaboração de projeto de reabilitação de diversas habitações municipais, conforme Especificações Técnicas - Anexo I ao presente caderno de encargos.

Cláusula 22.ª - Atributos da Proposta

O concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REABILITAÇÃO DE DIVERSAS HABITAÇÕES MUNICIPAIS”

Cláusula 1ª - Especificações do serviço

O objeto de presente procedimento é a aquisição de serviços para elaboração de projeto de reabilitação de diversas habitações municipais, a nível da eficiência energética, incluindo assistência técnica.

A Câmara Municipal de Sines pretende reabilitar as habitações municipais arrendadas porque em algumas situações o seu estado exige a melhoria da eficiência energética, o que tornará possível uma melhoria das condições gerais de habitabilidade.

Pretende-se iniciar os procedimentos por um grupo de 36 habitações na cidade de Sines, designadamente:

- Rua da Floresta n.º 29 C – Edifício de 4 pisos com 12 T2 dos quais 3 fogos são propriedade da Câmara Municipal de Sines (1.º Dto. Fração F, 2.º Esq. B Fração H e 3.º Esq. B fração L) e 9 fogos são propriedade privada.
- Rua da Floresta, n.º 29 E – Edifício de 4 pisos com 12 T2, propriedade total da Câmara Municipal de Sines;
- Rua da Reforma Agrária, n.º 9 – Edifício de 3 pisos com 11 T3 e 1 T2, 4 fogos T3 são propriedade da Câmara Municipal de Sines (2.º Esq. I, 1.º Esq. F, 1.º Esq. e 1.º Dto. H) e 8 fogos são propriedade privada;

- Rua José Martins Ferreira, n.º 7 – Edifício de 3 pisos com 11 T2 e 1 T1, 4 fogos T2 e 1 fogo T1 são propriedade da Câmara Municipal de Sines (R/C. Esq. A, 1.º Dto. F, 1.º Dto. H, 1.º Esq. E e R/C. Dto. B) e 7 fogos são propriedade privada;
- Praça da República n.ºs 25 a 35 – 11 fogos unifamiliares T2 em banda, de um piso – propriedade total da Câmara Municipal de Sines.

O projeto deverá conter os seguintes aspetos:

- Promover a auditoria energética para determinar as intervenções sobre qual a categoria da habitação, obter a certificação energética (pela ADENE)
- Os trabalhos a realizar incluem as áreas comuns, as paredes exteriores, as caixilharias, a cobertura dos edifícios e, no interior das habitações, apenas os que são propriedade da Câmara Municipal de Sines;
- Elaborar cadernos de encargos, especificações, medições, orçamento, peças escritas e desenhadas necessários à realização da empreitada;
- Apenas no caso das habitações da Praça da República, é necessária a elaboração de projeto que, nomeadamente, preveja a reabilitação total do edificado e mesmo, a possibilidade de converter uma das habitações em espaço comercial para ajudar dinamizar a praça.

Na elaboração do projeto, os elementos técnicos deverão ser apresentados individualmente pelos cinco grupos habitacionais atrás referidos, de modo a permitir o lançamento de empreitadas distintas.

A composição de cada projeto segue igualmente o previsto Portaria 701-H/2008, de 29 de julho.

Deverá ser dada especial atenção ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, nos casos aplicáveis.

Os processos devem seguir a seguinte metodologia:

- Projeto de execução, calendário de realização e orçamento das componentes principais da operação que evidenciem a consolidação das soluções técnicas a adotar, a adequada fundamentação dos custos bem como a definição do planeamento das ações a realizar.

As propostas devem ainda ter em conta as regras definidas no Programa Eficiência Energética no Setor da Habitação Social, constante do aviso de concurso para apresentação de candidaturas de que se junta a proposta que foi remetida aos municípios, para obter contributos por parte da ANMP.

Cláusula 2ª - Objetivos da Intervenção

Os objetivos da intervenção visam dotar diversas habitações municipais de uma melhoria significativa da sua eficiência energética.

Cláusula 3ª - Área de Intervenção

As áreas de intervenção objeto do procedimento são as descritas na Cláusula 1.

Cláusula 4.ª - Âmbito do Trabalho

Os elementos a entregar no âmbito do procedimento são os previstos na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

Cláusula 5.ª - Prazo de Execução

O prazo para a elaboração do projeto execução é de 60 dias.

Cláusula 6.ª - Plano de Pagamentos

O plano de pagamentos estipulado para o contrato é o seguinte:

- Projeto de Execução – 80%;
- Assistência Técnica – 20%.

O valor de honorários proposto deverá incluir as taxas da ADENE.

Cláusula 7.ª - Informação a disponibilizar pelo Município de Sines

O Município de Sines disponibilizará a seguinte informação:

- Rua da Floresta n.º 29 C – plantas do andar tipo.
- Rua da Floresta, n.º 29 E – planta do andar tipo;
- Rua da Reforma Agrária, n.º 9 – plantas, alçados e cortes;
- Rua José Martins Ferreira, n.º 7 – plantas, alçados e cortes;
- Praça da República n.ºs 25 a 35 – plantas, alçados e cortes.

AVISO DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO Nº ALT20-XX-2016-XX

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO: APOIO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, À
GESTÃO INTELIGENTE DA ENERGIA E À UTILIZAÇÃO DAS ENERGIAS
RENOVÁVEIS NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS, NOMEADAMENTE
NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS E NO SETOR DA HABITAÇÃO

**EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO SECTOR DA HABITAÇÃO
SOCIAL**

**DOMÍNIO DA
SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO
DOS RECURSOS**

Índice

| | |
|---|-------------------------------------|
| 1. Âmbito e Objetivos..... | 2 |
| 2. Tipologia das operações..... | 2 |
| 3. Beneficiários..... | 4 |
| 4. Âmbito Geográfico | 4 |
| 5. Grau de Maturidade mínimo exigido às operações..... | 4 |
| 6. Prazo de Execução das operações | 4 |
| 7. Natureza do Financiamento..... | 4 |
| 8. Dotação financeira e taxa máxima de cofinanciamento..... | 5 |
| 9. Período para Receção de Candidaturas | 5 |
| 10. Elegibilidade dos beneficiários, das operações e das despesas a cofinanciar | 5 |
| 11. Preparação e submissão das candidaturas | 9 |
| 12. Processo de Decisão das Candidaturas | 10 |
| 13. Apuramento do mérito e seleção das candidaturas | 11 |
| 14. Indicadores de acompanhamento das operações | 13 |
| 15. Contratualização de realizações e resultados no âmbito das operações | 13 |
| 16. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento | 13 |
| 17. Esclarecimentos complementares | 14 |
| 18. Comunicação da decisão ao beneficiário..... | 14 |
| 19. Orientações específicas..... | 14 |
| ANEXO I - Requisitos de medidas e Despesas Elegíveis em Eficiência Energética e Energias Renováveis, por tipologia de operação..... | 15 |
| ANEXO II - Custos-padrão máximos por tecnologia definidos pela DGEG..... | 16 |
| ANEXO III - Documentos de Instrução Candidatura..... | 17 |
| ANEXO IV - Processo de decisão das candidaturas | Erro! Marcador não definido. |
| ANEXO V - Metodologia e critérios de seleção das candidaturas..... | 20 |

1. Âmbito e Objetivos

O PO Regional do Alentejo prevê, no seu Eixo Prioritário 7. “Eficiência Energética e Sustentabilidade”, o objetivo de apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores, que inclui a Prioridade de Investimento (PI) 4.iii – “Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação”.

No âmbito desta PI destaca-se o Objetivo Específico 1 – “Aumento da eficiência energética no sector habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social”, objeto do presente Aviso.

O presente Aviso–Concurso destina-se ao apoio a projetos que contemplem a implementação de ações que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo em edifícios de habitação social.

Neste sentido, a Comissão Diretiva do PO Regional do Alentejo entendeu proceder à abertura do presente Aviso-Concurso, o qual se encontra previsto no calendário de Avisos aprovado pela Comissão Interministerial de Coordenação (CIC Portugal 2020) e é agora divulgado através do sítio da internet no Portal 2020, tendo obtido o parecer vinculativo favorável da Direção Geral da Energia e Geologia (DGEG).

2. Tipologia das operações

2.1. As operações passíveis de apresentação de candidaturas, no âmbito do presente Aviso-Concurso, são as que se revelem indispensáveis para a realização das intervenções em edifícios de habitação social, e que decorram de auditoria ou diagnóstico energético que demonstre os ganhos financeiros resultantes das respetivas operações, podendo assumir as tipologias se encontram previstas no artigo 49º do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR), aprovado pela Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro e alterado pelas Portarias n.º 404-A/2015, de 18 de novembro, e n.º 238/2016, de 31 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 17/2016 de 26 de setembro, nos seguintes termos:

- a) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;
- b) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;

- c) Intervenções nos sistemas de produção de AQS sanitária e em outros sistemas técnicos, através otimização dos sistemas existentes ou da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência;
- d) Iluminação interior;
- e) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários;
- f) Intervenções nos sistemas de ventilação, iluminação e outros sistemas energéticos das partes comuns dos edifícios, que permitam gerarem economias de energia;
- g) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis na habitação social para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética, nas quais se inclui:
 - i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;
 - ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.
- h) Auditorias, estudos, diagnósticos e análises energéticas necessárias à realização dos investimentos bem como a avaliação “ex-post” independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento.

2.2. As auditorias, estudos e análises energéticas previstas na alínea h) do número anterior, deverão obrigatoriamente incidir sobre as componentes comuns do edifício e as frações individuais, permitindo estruturar e elaborar o projeto que deverá concretizar as soluções apontadas, no todo ou pelo menos para um conjunto de medidas identificadas que resultem em melhoramentos significativos em eficiência energética, e que constituem soluções integradas no domínio da eficiência energética, incluindo a possível produção de energia a partir de fontes de energia renovável para autoconsumo.

2.3. Todos os apoios serão baseados na eficácia de custos e no nível inicial do desempenho energético e estão condicionados à elaboração prévia de auditorias/ estudos/ análises energéticas que permitam estruturar os projetos e efetuar as candidaturas finais de acordo com o princípio de requisitos mínimos de desempenho energético por tipologia de intervenção. No final, a melhoria do desempenho energético alcançado será aferida por recurso a avaliação “ex-post” independente que permita a avaliação e o acompanhamento da qualidade e da eficiência energética de cada projeto.

2.4. Os requisitos das medidas de eficiência energética e energias renováveis elegíveis no âmbito do presente Aviso, por tipologia de operação, são as que se encontram descritas no ANEXO I do presente Aviso.

3. Beneficiários

As entidades beneficiárias do presente Aviso-Concurso são a Administração Pública Local e entidades públicas gestoras ou proprietárias de habitação social, enquadradas nas entidades previstas no artigo 50.º do RE SEUR.

4. Âmbito Geográfico

O presente convite tem aplicação na NUTS II da Região Alentejo.

5. Grau de Maturidade mínimo exigido às operações

O grau de maturidade mínimo exigido para as operações na fase de apresentação de candidatura, consiste na evidência dos seguintes elementos:

- a) Aprovação do anteprojecto de execução, calendário de realização e orçamento das componentes principais da operação que evidenciem a consolidação das soluções técnicas a adotar, a adequada fundamentação dos custos bem como a definição do planeamento das ações a realizar, devendo o lançamento do concurso para a empreitada, quando aplicável, ser feito até 60 dias após a data de assinatura do Termo de Aceitação;
- b) Certificado Energético válido do edifício objeto da operação, no caso das intervenções previstas na alínea a) do ponto 2 do presente aviso, devidamente acompanhado do Relatório de Avaliação Energética, que demonstre a adequação do investimento, bem como evidência de que as intervenções a desenvolver corresponderão a um acréscimo de, pelo menos, dois níveis na classe energética final, face à classe antes da realização do investimento.

6. Prazo de Execução das operações

O prazo máximo para conclusão das operações a candidatar no âmbito do Aviso é de 3 anos (36 meses) contados após a data de assinatura do Termo de Aceitação.

7. Natureza do Financiamento

As formas de apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso – Concurso revestem a natureza de subvenção não reembolsável, nos termos do artigo n.º 52.º do RESEUR.

8. Dotação financeira e taxa máxima de cofinanciamento

8.1. A dotação FEDER a atribuir à totalidade das operações a selecionar no âmbito do presente Aviso-Concurso é de 20.000.000,00 euros.

8.2. A taxa máxima de cofinanciamento FEDER das operações a aprovar é de 85% (oitenta e cinco por cento) e incide sobre as despesas elegíveis, de acordo com o ponto 1 do artigo 51º do RE SEUR.

9. Período para Receção de Candidaturas

A receção de candidaturas decorrerá entre xx de dezembro de 2016 e as 18:00h do dia xx de xxxxxxxx de 2017.

10. Elegibilidade dos beneficiários, das operações e das despesas a cofinanciar

São elegíveis as candidaturas que visem a implementação das operações definidas no ponto 2 do presente Aviso-Concurso, e que respeitem cumulativamente as seguintes condições:

10.1. Critérios de elegibilidade dos beneficiários:

- a) Assegurar o cumprimento do disposto no ponto 3 do Aviso-Concurso;
- b) Assegurar o cumprimento do disposto no artigo 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro declarando ou comprovando o cumprimento dos critérios previstos no mesmo artigo do referido diploma, nomeadamente:
 - i. Estarem legalmente constituídos;
 - ii. Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
 - iii. Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
 - iv. Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
 - v. Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento);
 - vi. Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;

vii. Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência;

c) Assegurar que não estão sujeitos aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º do mesmo Decreto-Lei.

d) Assegurar o cumprimento do disposto no artigo 6.º do RE SEUR.

10.2. Critérios gerais de elegibilidade da operação:

a) Evidenciar que satisfazem os critérios gerais de elegibilidade das operações definidos no artigo 5.º do RE SEUR, nomeadamente:

i. Respeitem as tipologias de operações previstas no referido regulamento e no ponto 2 deste Aviso - Concurso;

ii. Visem a prossecução dos objetivos específicos previstos no referido regulamento;

iii. Estejam em conformidade com os programas e planos territoriais em vigor na sua área de incidência, quando aplicável;

iv. Demonstrem adequado grau de maturidade, de acordo com o referido no ponto 5 do presente Aviso;

v. Justifiquem a necessidade e a oportunidade da realização da operação;

vi. Disponham dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável;

vii. Apresentem uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira;

viii. Incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;

ix. Demonstrem a sustentabilidade da operação após realização do investimento;

x. No caso dos projetos cujo custo total elegível seja superior a 25 milhões de euros, demonstrem o cumprimento das normas nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 18º do decreto-lei nº 159/2014, de 27 de outubro, e que disponham de parecer positivo de peritos independentes, a emitir por solicitação da autoridade de gestão após a apresentação da candidatura (quando aplicável);

xi. Apresentem um plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos

potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, que evidencie o cumprimento das obrigações fixadas no n.º 3 do artigo 115.º do Reg. (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro;

xii. Cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação, tal como definidas pelas entidades competentes;

xiii. Evidenciem o cumprimento das disposições em matéria de Auxílios de Estado, se aplicável;

xiv. As operações deverão respeitar a legislação comunitária e nacional aplicável em matéria de operações geradoras de receitas, designadamente, as disposições previstas no Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013 (art.º 61.º e n.º 8 do art.º 65.º) e do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro (art.º 19.º), bem como as orientações técnicas/de gestão adotadas pela Autoridade de Gestão.

10.3. Critérios específicos de elegibilidade das operações:

a) Comprovar que a operação corresponde à otimização do investimento na perspetiva do interesse público e dos benefícios esperados;

b) Apresentar avaliação energética que demonstre os ganhos resultantes das respetivas operações;

c) Evidenciar, através de declaração do promotor, que foram cumpridos os requisitos mínimos obrigatórios estabelecidos na Diretiva relativa ao Desempenho Energético nos Edifícios e na Diretiva relativa à Promoção de Energia proveniente de fontes de renováveis;

d) Demonstrar que geram ganhos financeiros líquidos;

e) Circunscrever-se à habitação social que se encontre em regime de renda apoiada e cuja propriedade é pública, nos termos da definição que consta da alínea q) do artigo 2.º do RE SEUR;

f) Não são elegíveis intervenções que sejam obrigatórias por lei;

g) Não são elegíveis intervenções em infraestruturas e equipamentos que tenham beneficiado de cofinanciamento comunitário para a realização de intervenções nas tipologias de operação descritas neste Aviso, nos últimos 10 anos.

10.4. Elegibilidade de despesas:

a) Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas previstas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, são elegíveis as despesas indispensáveis à concretização das operações que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente Aviso-Concurso, resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação, em conformidade

com o elenco de despesas elegíveis e não elegíveis previstas no artigo 7.º do RE SEUR e no ANEXO I deste Aviso;

b) Para efeitos de determinação do montante máximo das despesas elegíveis, serão tidos em conta os custos-padrão máximos de investimento por tecnologia e/ou superfície intervencionada quando definidos pela DGEG, conforme ANEXO II deste Aviso;

c) Apenas serão considerados os custos de investimento que comprovadamente visarem e forem indispensáveis à redução de consumos de energia nas infraestruturas candidatas, através da implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo elegíveis no âmbito do presente Aviso, desde que se enquadrem nas tipologias de despesas elegíveis previstas no artigo 7.º do RE SEUR e com os limites fixados na alínea anterior;

d) A despesa elegível com investimentos em produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes de energias renováveis, enquadrados na tipologia de operação da subalínea ii) da alínea g) do ponto 2.1 deste Aviso, está limitada a 30 % do montante de investimento total elegível da candidatura, não considerando o montante de investimento em produção de energia em fontes de energia renováveis;

e) A elegibilidade das despesas previstas com auditorias, estudos, planos de ação ou análises energéticas, necessárias ao diagnóstico “ex-ante” ou avaliação “ex-post” fica dependente da realização das medidas identificadas no diagnóstico ex ante.

e) Não são elegíveis as despesas associadas a:

i. Intervenções em frações autónomas, de edifícios ou fogos de habitação que tenham já sido alvo de apoios comunitários;

iii. Outras intervenções em edifícios que não se encontrem relacionadas com o aumento do desempenho energético, como sejam:

- Pintura, exceto nos casos em que seja promovida a instalação de isolamento térmico pelo exterior da fachada, bem como nas situações em que o isolamento térmico seja instalado pelo interior, sendo que em ambos os casos apenas se considera elegível a despesa associada à pintura das superfícies que foram objeto da colocação de isolamento térmico;

- Reforço estrutural;

- Intervenções nas redes elétricas, de abastecimento de água, de saneamento, de ITED (Infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios), ou outras;

- Outras pequenas reparações.

- iii. Auditorias obrigatórias por lei ou que não relevem para a concretização das intervenções previstas na operação;
- iv. Despesas relacionadas com a aquisição de terrenos e constituição de servidões indispensáveis à realização da operação, por expropriação ou negociação direta, bem como eventuais indemnizações a arrendatários, e de serviços de execução de operação de cadastro predial do prédio ou prédios em que incide a operação, incluindo aluguer de equipamento;
- iv. As demais despesas identificadas como não elegíveis por tipologia de operação, no ANEXO I deste Aviso;
- v. Imputações de custos internos das entidades beneficiárias;
- vi. Despesas de consumo corrente, de funcionamento ou manutenção das infraestruturas, bem como despesas que não sejam agregadas em conta específica para a operação;
- vii. Despesas de revisões de preços, sendo que, caso estas despesas venham a tornar-se efetivas no decurso da operação, poderá ser apresentado um pedido de reprogramação à Autoridade de Gestão do PO Centro, para incluir as despesas efetivamente suportadas pelo beneficiário com Revisões de Preços Definitivas (de montante positivo) e até ao limite de 5% do montante elegível dos trabalhos efetivamente executados, nos termos da alínea g) do número 1 do artigo 7.º do RE SEUR. No caso de serem apuradas Revisões de Preços definitivas (de montante negativo), as mesmas terão que ser apresentadas ao PO Centro, através da submissão em Pedido de Pagamento dos respetivos documentos de apuramento das Revisões de Preços e respetivas Notas de Crédito, as quais serão abatidas às Despesas Elegíveis da operação;
- viii. Não são elegíveis as despesas decorrentes de investimentos realizados em edifícios, com data anterior a 24-06-2016, data em que foi assegurado o cumprimento da condicionalidade ex-ante T.04.1 do PO.

11. Preparação e submissão das candidaturas

11.1. Submissão das candidaturas

- a) As candidaturas deverão ser submetidas exclusivamente no Balcão 2020 através do preenchimento e submissão de formulário próprio, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015 de 6 de outubro, bem como nos termos e condições fixadas no presente Aviso;
- b) Para efeitos de apresentação de candidaturas o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão Único do Portugal 2020;

c) O formulário de candidatura deve ser devidamente preenchido pelo beneficiário no Balcão Único do Portugal 2020, devidamente acompanhado de todos os documentos indicados no ponto 11.2. do presente Aviso, não sendo aceites documentos que sejam remetidos por outros meios que não a referida plataforma.

11.2. Documentos a apresentarem com a candidatura:

a) Além do formulário de candidatura, que deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020, a candidatura terá de incluir os documentos discriminados no ANEXO III – Documentos de Instrução da Candidatura que se encontram disponíveis para descarregar na página do Aviso-Concurso no Balcão 2020, para preenchimento e submissão no âmbito da candidatura;

b) A candidatura deve ainda conter a informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma;

c) Os documentos que devem instruir as candidaturas devem ser anexados aquando do preenchimento do formulário de candidatura no Balcão 2020, não sendo aceites documentos que sejam remetidos por outros meios que não a referida plataforma;

d) Sempre que sejam necessários pareceres/licenças emitidos (caso aplicável) pelas entidades competentes, a candidatura pode conter apenas o comprovativo de pedido de parecer junto da entidade competente; a apresentação dos pareceres deverá ocorrer até ao termo do prazo para a decisão da operação.

12. Processo de Decisão das Candidaturas

O processo de decisão relativo às candidaturas apresentadas no período para receção de candidaturas indicado no ponto 9. deste Aviso obedecerá à seguinte tramitação:

12.1. 1ª Etapa: Verificação do enquadramento da candidatura nas condições do aviso de abertura, nas seguintes dimensões:

a) Enquadramento nas tipologias de operação previstas no âmbito do Aviso;

b) Enquadramento do proponente nas tipologias de beneficiários previstos no Aviso;

c) Enquadramento no âmbito geográfico previsto no Aviso;

d) Verificação da situação de impedimentos e condicionamentos da entidade proponente;

e) Verificação de que se trata de uma Operação não concluída (nº 6 do artigo 65º do Reg. (UE) nº 1303/2013);

f) Verificação da situação de conformidade da operação com os princípios gerais e políticas da União (alínea iii) do nº 3 do artigo 125º do Reg. (UE) nº 1303/2013);

g) Verificação do cumprimento do grau de maturidade previsto no Aviso;

h) Verificação da existência de documentos essenciais na instrução da candidatura: memória descritiva e respetiva completude.

O cumprimento das condições previstas relativas ao enquadramento, no Aviso de Abertura, do beneficiário e da operação, conduzem ao prosseguimento da análise, nas dimensões da elegibilidade geral e específica do beneficiário e nos critérios de elegibilidade gerais e específicos da operação.

Caso o beneficiário e/ou a operação não tenham enquadramento nas condições do Aviso de Abertura analisadas nesta primeira etapa, a entidade proponente será notificada da proposta de não admissão, por falta de enquadramento no Aviso de Abertura, através de um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

No caso de serem apresentados argumentos que conduzam à revisão da proposta de não enquadramento nas condições do Aviso de Abertura em sede de audiência prévia, a análise da candidatura prosseguirá. Na falta de resposta, ou se após resposta se concluir pela falta de fundamento para a revisão da não elegibilidade por falta de enquadramento nas condições do Aviso de Abertura analisadas nesta primeira etapa, a mesma não será aceite, e a entidade proponente será notificada da não admissão da candidatura.

12.2. 2ª Etapa: Verificação dos restantes critérios de elegibilidade gerais e específicos dos beneficiários e das operações e Apuramento do Mérito da candidatura:

Na avaliação do mérito de cada operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO Alentejo, nos termos definidos no ponto 13.

13. Apuramento do mérito e seleção das candidaturas

13.1. As candidaturas a fundos comunitários são avaliadas com base no seu mérito, tal como definido no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no artigo 9.º do RE SEUR, devendo traduzir o alinhamento com os resultados que se pretendem atingir no âmbito do objetivo específico do Programa em que se insere a operação.

Na avaliação do mérito de cada operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO Alentejo, tendo em conta o Referencial de Análise de Mérito da Operação (MO) constante do ANEXO V.

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do MO arredondado à centésima.

Para efeitos de seleção consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação de MO igual ou superior a 3.

Para além da avaliação do mérito absoluto das candidaturas, realizada de acordo com a metodologia exposta anteriormente, será ainda efetuada uma avaliação de mérito relativo, que resulta da seriação das candidaturas avaliadas na mesma fase de decisão, por ordem decrescente em função do mérito da operação, selecionadas até ao limite orçamental definido no aviso para apresentação de candidaturas.

13.2. A Classificação Final (CF) da candidatura é estabelecida por agregação das classificações dos critérios (C) e das respetivas ponderações (P), através da seguinte fórmula:

$$MP = 0,15 * A + 0,15 * B + 0,20 * C + 0,40 * D + 0,10 * E$$

Em que:

A = Contributo para os indicadores de resultado definidos para a PI no PO

B = Contributo para os indicadores de realização definidos para a PI no PO

C = Contributo para a redução das emissões de CO2

D = Racionalidade económica das ações previstas na operação

E = Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes renováveis

13.3. Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1.

Em caso de necessidade de desempate entre candidaturas com a mesma pontuação, face ao limiar dotacional definido, será utilizada a pontuação atribuída aos seguintes critérios e pela seguinte ordem:

1.º Eficácia;

2.º Eficiência e Sustentabilidade;

3.º Adequação à Estratégia;

4.º Abordagem Integrada;

5.º Contributo para a Igualdade de Género, no sentido em que serão ponderadas, quando aplicável, aquelas que forem apresentadas por entidades que apresentem maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções.

Conjuntamente com o presente Aviso é disponibilizado o documento de Referencial de Análise de Mérito do Projeto.

14. Indicadores de acompanhamento das operações

14.1. A entidade beneficiária deverá incluir na candidatura a proposta e respetiva fundamentação de valores de referência, metas e o respetivo ano alvo para a totalidade dos indicadores de realização e de resultado aplicáveis à operação, enquanto indicadores de acompanhamento da execução da operação.

14.2. No caso dos indicadores em que a unidade de medida resulte da utilização de variáveis elementares (%), deverão ser indicados e fundamentados os valores desagregados por numerador e denominador, de modo a justificar a meta proposta, no campo das observações referentes ao preenchimento dos indicadores.

15. Contratualização de realizações e resultados no âmbito das operações

15.1. As metas propostas pelo beneficiário para os indicadores de realização e de resultado, conforme previsto no ponto 14.1 deste Aviso, serão contratualizadas com a Autoridade de Gestão do PO Alentejo para os seguintes indicadores:

| Código Indicador | Tipo Indicador | Designação do Indicador | Meta 2020 |
|------------------|----------------|---|-----------|
| O.04.03.03.C | Realização | Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado (nº.) | 4121 |
| | Resultado | Acréscimo de classe(s) energética(s) nos fogos de habitação social intervencionados | N.º |

15.2. No caso do incumprimento das metas dos indicadores de realização e de resultados contratualizados ao nível de cada operação, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015 de 6 de outubro, poderá ser aplicada uma redução do apoio à operação.

16. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

A análise do mérito da operação e a decisão de seleção da operação são da responsabilidade da Autoridade de Gestão do PO Alentejo, com a colaboração técnica especializada e parecer vinculativo da DGEG.

17. Esclarecimentos complementares

17.1. A Autoridade de Gestão do PO Regional do Centro, em conjunto com a DGEG, pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados.

17.2. Findo o prazo referido no ponto anterior, caso não sejam prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

18. Comunicação da decisão ao beneficiário

18.1. Na sequência da apresentação de candidaturas no período previsto no ponto 9. deste aviso, a decisão de seleção da candidatura apresentada será proferida pela Autoridade de Gestão, no prazo de 60 dias úteis, após a data de encerramento deste Aviso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015 de 6 de outubro.

18.2. O prazo indicado no ponto anterior é suspenso nos períodos relativos à apresentação de esclarecimentos e/ou elementos complementares pelos beneficiários previstos no número anterior do presente Aviso.

18.3. Sem prejuízo do prazo legalmente previsto para a audiência dos interessados, em caso de apresentação de alegações o prazo previsto no ponto 18.1 do presente Aviso pode ser alargado até 40 dias úteis.

19. Orientações específicas

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) os candidatos têm acesso a:

- a) Peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Resultados deste concurso.

20. Documentação de referência

Legislação:

- a. Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 outubro;
- b. Portaria nº. 97-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pela Portaria nº. 404-A/2015, de 18 novembro;
- c. Regulamento (EU) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 dezembro.

Outra documentação relevante:

Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

xx dezembro 2016

Roberto Pereira Grilo

Presidente da Comissão Diretiva Alentejo 2020

(em regime de substituição)





ANEXO III - Documentos de Instrução da Candidatura

- 1 **Memória descritiva e justificativa que inclua:**

- a) Identificação e justificação da(s) prioridade(s) de investimento em que se enquadra;
- b) Enquadramento na(s) tipologia(s) de investimento prevista(s) no Aviso de Concurso;
 Descritivo detalhado da candidatura e dos seus objetivos, onde conste uma caracterização da operação, antes e após a implementação do projeto, tendo em conta a informação constante nos documentos "Certificado Energético do edifício" e no "Relatório de auditoria energética que acompanha o CE"¹, devendo contemplar:
 - c.1) Caracterização do cenário envolvente antes da implementação da operação (descrição da situação atual, à escala relevante das estruturas existentes). Para esta caracterização, devem ter-se em conta os aspetos seguintes:
 - Consumo energético estimado (kWh/ano) e emissões de CO2 estimadas das instalações antes da intervenção;
 - Custo médio de energia (€/kWh), tendo em conta as faturas energéticas do último ano de utilização das instalações;
 - Tecnologias dos equipamentos e materiais atuais (referentes às tipologias de operação candidatas);
 - c.2) Caracterização do cenário resultante da não implementação da operação (descrição dos constrangimentos/bloqueios verificados na ausência do investimento);
 - c.3) Caracterização do cenário com a implementação da operação (descrição da forma como a implementação da operação poderá dar resposta às necessidades identificadas no cenário de ausência de investimento, fundamentando a necessidade e a oportunidade da realização da operação, bem como a otimização do investimento na perspetiva do interesse público e dos benefícios esperados). Para esta caracterização, devem ter-se em conta os aspetos seguintes:
 - Tecnologias dos equipamentos e materiais a implementar (referentes às tipologias de operação candidatas);
 - Consumo Energético estimado (kWh/ano) e emissões de CO2 estimadas das instalações no primeiro ano de exploração do investimento;
 - Poupanças previstas (kWh/ano e €/ano) no primeiro ano de exploração do investimento;
 - Redução do Consumo de Energia (%), medido pelo rácio entre consumo no primeiro ano de exploração do investimento / consumo antes da intervenção) e Classe Energética Final do edifício intervencionado;
 - c.4) Demonstração da eficiência do investimento face aos objetivos da operação, justificando a necessidade e oportunidade da sua realização. Para esta demonstração, devem ter-se em conta os aspetos seguintes:
 - Rátios do investimento total da operação, em €/tep evitado e €/ton CO2 evitado
 - Custo por tep evitado (€/tep evitado) = Investimento total elegível da operação/ tep evitados totais da operação (para o período utilizado na análise financeira do projeto);
 - Custo por ton CO2 evitado (€/ton CO2 evitado) = Investimento total elegível da operação/ ton CO2 evitados totais da operação (para o período utilizado na análise financeira do projeto);
- d) Identificação e justificação dos Indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos;
 Caracterização técnica e fundamentação de cada componente de investimento, incluindo cálculos justificativos do apuramento do investimento elegível e não elegível propostos e a respetiva calendarização de realização física e financeira*;
- e) Justificação discriminada da correspondência entre os valores propostos para as componentes e as ações, e respetivos procedimentos contratuais*;
- f) No caso de aquisições de equipamento, deve ser apresentada uma listagem com a identificação/localização/instalação do bem adquirido/a adquirir por local/espço ocupado.
- g) Grau de maturidade das componentes de investimento;
- h) Sustentabilidade da candidatura para e após realização do investimento;
- i) Plano de comunicação e/ou outras medidas de divulgação e publicitação dos apoios concedidos.

*complementadas com a mesma informação em ficheiro anexo (Modelo Orcamento Global Op)

- 2 Plantas de localização e de implantação integradoras de todos os investimentos previstos (infraestruturas) na candidatura, que permitam uma perceção geral da zona a intervencionar e da sua envolvente.
- 3 Ficheiro em formato *excel*/ editável, com a identificação dos trabalhos efetuados na área total intervencionada, discriminados de acordo com sua natureza: construção e arranjos exteriores. Os arranjos exteriores deverão ser subdivididos de acordo com a sua execução dentro ou fora do perímetro do estabelecimento.
- 4 Requisitos técnicos, calendário de realização e orçamento das componentes principais, devidamente aprovados.
- 5 Informação técnica detalhada, nos termos do RJUE, que comprove a observância da operação urbanística com as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de

¹ Decreto-lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 28/2016, de 23 de junho.

gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção, acompanhada do extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, identificando a área de intervenção da candidatura.

- 6** **Pareceres/licenças emitidos (caso aplicável) pelas entidades competentes no âmbito de:**
- a)** Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.);
 - b)** Domínio Hídrico;
 - c)** Avaliação de Impacte Ambiental;
 - d)** Pareceres setoriais (Exemplo: ICNF, DGPC, DGestE, DGSaúde, DRCC, ...);
 - e)** Outra documentação específica decorrente do Aviso – Certificado Energético válido do edifício objeto da operação; Facturas energéticas do último ano de utilização das instalações
 - f)** O parecer de entidade externa competente que fundamenta a exceção à necessidade de pareceres técnicos e licenciamentos, autorizações e obrigações legalmente exigidas.
- 7** Estatutos da entidade promotora aprovados e publicitados (quando aplicável)
- 8** Documentação comprovativa da propriedade e/ou legitimidade de intervenção nos imóveis (terrenos, edifícios, frações) necessários à concretização do projeto infraestrutural (incluindo planta com a identificação das respetivas parcelas).
- 9** Modelo de gestão das infraestruturas previstas na candidatura, onde seja evidenciada a tipologia de exploração dos espaços e/ou equipamentos (concessão, arrendamento, venda, etc.), como e quem será responsável pela manutenção e conservação dos espaços e/ou equipamentos, bem como, a indicação/justificação dos custos e receitas associados.
- 10** No caso dos projetos geradores de receitas, demonstração do cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de Outubro (Memória Descritiva – cálculo da receita líquida).
- 11** Comprovativo(s) do enquadramento do beneficiário no CIVA.
- 12** Contributo para a fundamentação da análise de mérito, atendendo aos critérios de seleção constantes do presente Aviso.
- 13** Comprovativo da inscrição em Plano e Orçamento aprovado e devidamente assinado da totalidade dos investimentos propostos (contrapartida nacional).
- 14** Declaração(ões) de compromisso do órgão competente da entidade, em como assegura o cumprimento das orientações e normas técnicas aplicáveis decorrentes da Regulamentação Geral e Específica
- 15** Toda a documentação referente a cada um dos procedimentos de contratação pública, incluindo respetiva check-list.

ANEXO IV - Metodologia e critérios de seleção das candidaturas

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito, sendo que esta avaliação é feita por aplicação da metodologia e dos critérios de seleção aprovada pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional Alentejo 2020.

Foram identificados os critérios de seleção a aplicar, em função da sua adequação ao que se pretende avaliar.

Os critérios de seleção serão alinhados de acordo com os seguintes princípios gerais:

| Categoria | Descrição |
|---|---|
| A. Eficácia | Mede, sempre que possível, o contributo da operação para as metas dos indicadores definidos para a Prioridade de Investimento e Objetivo(s) Específico(s) onde a operação se insere e/ou para outros resultados a que se propõe. |
| B. Adequação à Estratégia | Nos casos aplicáveis, mede o contributo da operação para as estratégias da política territorial (nacional, regional ou local) e setorial relevantes. |
| C. Eficiência e Sustentabilidade | Avalia a operação na perspetiva da racionalidade na alocação dos recursos financeiros disponíveis, privilegiando investimentos em áreas deficitárias e avaliando a oportunidade da sua realização, em relação à implementação de medidas que assegurem a sua sustentabilidade (temporal, ambiental, económica, financeira). |

Para cada uma das categorias foram definidos os seguintes critérios de seleção:

| Categoria | Crítérios de seleção | Valoração | | Ponderação |
|-----------|---|---|-----------------------|------------|
| A | a. Contributo para os indicadores de resultado definidos para a PI no PO | Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido | 5 4 3 2 1 | 15% - 25% |
| B | b. Contributo para os indicadores de realização definidos para a PI no PO | Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido | 5 4 3 2 1 | 15% - 25% |
| C | c. Contributo para a redução das emissões de CO2 | Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido | 5 4 3 2 1 | 15% - 25% |
| C | d. Racionalidade económica das ações previstas na operação | Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido | 5 4 3 2 1 | 20% - 40% |
| C | e. Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes renováveis | Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido | 5 4 3 2 1 | 5% - 15% |







Anexo I

Requisitos das medidas e Despesas Elegíveis em Eficiência Energética e Energias Renováveis, por tipologia de operação

| Requisitos das medidas | Despesas Elegíveis |
|---|---|
| Intervenções que visem o aumento da eficiência energética dos edifícios da habitação social (tipologias de operação previstas no ponto 2.1 do Aviso) | |
| <p>a) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore.</p> <p>Requisitos:</p> <p>Os requisitos legais em vigor aplicáveis à tipologia de operação a implementar e edifício a intervencionar.</p> <p>No caso de sistemas de isolamento térmico de paredes pelo exterior (ETICS) o mesmo deverá cumprir com a aprovação técnica europeia (European Technical Approval - ETA).</p> | <ul style="list-style-type: none"> Aquisição e respetiva colocação de isolamento térmico (ex: poliestireno expandido, extrudido, lã mineral, cortiça ou outro) em fachadas, paredes, pavimentos, caixa de estores e preenchimento da caixa-de-ar de paredes duplas. Acabamento (pintura, reboco, entre outros) relativo à instalação deste tipo de isolamento (por exemplo, em fachadas), na medida em que esse acabamento resulte da aplicação do isolamento. <p>Exemplos:</p> <p>A – É colocado isolamento na fachada, sendo necessário posteriormente rebocar e pintar ou revestir a fachada – despesa elegível.</p> <p>B – É colocado isolamento a preencher a caixa-de-ar de uma parede dupla – acabamento exterior não é despesa elegível.</p> |
| | <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <ul style="list-style-type: none"> “Envolvente opaca” |
| <p>b) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético, e respetivos dispositivos de sombreamento.</p> <p>Requisitos:</p> <p>Os requisitos legais em vigor aplicáveis à tipologia de operação a implementar e edifício a intervencionar</p> | <p>Aquisição e respetiva instalação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Caixilharia de alumínio com corte térmico; Caixilharia de PVC ou madeira, ou de PVC/alumínio forrada a madeira; Vãos duplos de caixilharia; Outros tipos de caixilharia que conduzam ao cumprimento dos requisitos mínimos de desempenho aplicáveis. <p><i>Nota: na especificação de caixilhariias devem ser avaliadas as condições de ventilação do edifício ou fração e, se necessário, utilizar estes elementos para incorporar eventuais dispositivos de admissão de ar.</i></p> |

| | |
|---|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> Dispositivos de sombreamento – palas, platibandas, estores, sistemas dinâmicos de sombreamento, fachadas agrafadas entre outras soluções que permitam um aumento na eficiência energética por melhoria das condições interiores no edifício ou fração. <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>“Envolvente envidraçada”</p> |
| <p>c) Intervenções nos sistemas de produção de AQS sanitária e em outros sistemas técnicos, através da otimização ou substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência.</p> <p>Requisitos:</p> <p>Os requisitos legais em vigor aplicáveis à tipologia de operação a implementar e edifício a intervencionar.</p> <p>No caso de novos sistemas de aquecimento exige-se a classe energética mínima A+. A determinação da classe energética pode ser obtida através da ferramenta de cálculo disponibilizada na plataforma Label Pack A+, que permite também a emissão de etiquetas de sistemas e está disponível em: http://www.label-pack-a-plus.eu/Portugal/.</p> <p>Nos casos de equipamentos de iluminação interior a instalar devem possuir classe energética mínima igual a A.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Intervenções em sistemas de produção de águas quentes sanitárias (AQS) ou outros sistemas técnicos já existentes, com o objetivo da sua otimização em termos de eficiência energética. Substituição (aquisição e instalação) de sistema AQS por outro novo, mais eficiente – por exemplo, num edifício devoluto que já apresente algum tipo de sistema de AQS, ainda que esteja devoluto, é elegível a colocação de um novo, mais eficiente. Aquisição e instalação de esquentadores, caldeiras, termoacumuladores, bombas de calor, entre outros, e canalizações (neste último caso, apenas aquelas que integram o sistema de AQS, ou seja as destinadas à distribuição de água quente). Nos outros sistemas técnicos, incluem-se os sistemas de climatização (ar condicionado, sistemas de aquecimento central, entre outros) e de sistemas de ventilação pontual em casas de banho, mas atendendo sempre à necessidade de substituição de um sistema previamente existente por outro de elevada eficiência. <p>Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo):</p> <ul style="list-style-type: none"> Aquisição e instalação de sistema de AQS e de outros sistemas técnicos onde não existia nenhum. Aquisição e instalação de sistemas de ventilação pontual (exaustores) de cozinha. |

| | |
|---|--|
| | <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>“Aquecimento de águas sanitárias (AQS)”</p> <p>“AQS e Climatização”</p> |
| <p>d) Iluminação interior</p> <p>Requisitos aplicáveis:</p> <p>Os requisitos legais em vigor aplicáveis à tipologia de operação a implementar e edifício a intervencionar.</p> <p>Nos casos de equipamentos de iluminação interior a instalar devem possuir classe energética mínima igual a A, sempre que aplicável.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e instalação de equipamentos de iluminação interior. • Lâmpadas. <p>Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenções nas redes elétricas. |
| | <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>“Sistemas de iluminação”</p> |
| <p>e) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.</p> <p>Requisitos aplicáveis:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e instalação de equipamentos e sistemas que permitem, do ponto de vista do utilizador, gerir o consumo de energia da fração ou edifício (por ex. Termostatos, relógios programadores de corrente elétrica, reguladores de intensidade de luz). <p>Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contadores inteligentes e eletrodomésticos que permitam regulação do consumo de energia. |
| | <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Não.</p> |

| | |
|--|---|
| <p>f) Intervenções nos sistemas de ventilação, iluminação e outros sistemas energéticos das partes comuns dos edifícios, que permitam gerar economias de energia.</p> <p>Requisitos:</p> <p>Os requisitos legais em vigor aplicáveis à tipologia de operação a implementar e edifício a intervencionar.</p> <p>Nos casos de equipamentos de iluminação a instalar devem possuir classe energética mínima igual a A sempre que aplicável.</p> | <p>Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenções nas redes elétricas. <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso: “Sistemas de iluminação”</p> |
|--|---|

| Requisitos das medidas | Despesas Elegíveis |
|--|--|
| <p>g) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis na habitação social para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética (tipologia de operação: alínea g) do ponto 2.1 do Aviso)</p> | |
| <p>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;</p> <p>Requisitos:</p> <p>Os requisitos legais em vigor aplicáveis à tipologia de operação a implementar e edifício a intervencionar. Os sistemas solares térmicos a instalar devem possuir Solar Keymark ou a marcação CE.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e instalação de painéis solares térmicos em coberturas, fachadas ou logradouros, destinados ao aquecimento das águas sanitárias. <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>“Aquecimento de águas sanitárias (AQS)”, cuja solução técnica se enquadre em “Sistema solar de circulação forçada”</p> |

| | |
|--|--|
| <p>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</p> <p>Requisitos:</p> <p>Os requisitos legais em vigor aplicáveis à tipologia de operação a implementar e edifício a intervencionar.</p> <p>A intervenção deverá, sempre que aplicável, cumprir com os requisitos do Decreto-Lei n.º 153/2014 de 20 de outubro: no caso de sistemas de produção de energia elétrica para autoconsumo, só são admitidas como elegíveis Unidades de Produção de Autoconsumo (UPAC) tal como definido no normativo legal aplicável¹. Estas unidades devem ser dimensionadas de forma a garantir a aproximação da energia elétrica produzida com a quantidade de energia elétrica consumida na instalação elétrica de utilização, sem prejuízo da possibilidade legal de ligar à rede e exportar para a RESP a energia elétrica produzida remanescente, a qual pode ser objeto de contrato de venda com o comercializador de último recurso, nas condições definidas nos termos artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 153/2014.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e instalação de unidades de produção para autoconsumo baseadas em tecnologias de produção renováveis, a instalar na cobertura, fachada, interior ou logradouro do edifício, que permitam uma associação a cada fração do edifício (se aplicável), bem como às partes comuns, permitindo o consumo de energia em cada uma dessas partes do edifício. <p>A despesa elegível com investimento em produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes de energias renováveis está limitada a 30% do montante do Investimento total elegível da candidatura.</p> <p>Exemplos:</p> <p>Painéis solares, aerogeradores, sistemas de produção de energia a partir de biomassa (como recuperadores de calor) entre outros sistemas e equipamentos de produção de energia a partir de fontes renováveis.</p> <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>“Sistemas de produção de energia”</p> |
|--|--|

¹ Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro, que estabelece o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade, destinada ao autoconsumo na instalação de utilização associada à respetiva unidade produtora, com ou sem ligação à rede elétrica pública, baseada em tecnologias de produção renováveis ou não renováveis

| Requisitos das medidas | Despesas Elegíveis |
|--|--|
| h) Auditorias, estudos, diagnósticos e análises energéticas necessárias à realização de investimentos, bem como a avaliação «ex-post» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento (tipologia de operação: alínea h) do ponto 2.1 do Aviso) | |
| <p>Elaboração e emissão de certificado energético no âmbito do SCE, devidamente acompanhado do Relatório de Auditoria Energética, que caracterize o cenário de base e detalhe as medidas de eficiência energética que serão tidas em conta no âmbito da candidatura.</p> <p>Requisitos:</p> <p>No âmbito do Sistema de Certificação de Edifícios, Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, na sua mais recente redação.</p> | Relativamente à avaliação “ex-ante” |
| | <ul style="list-style-type: none"> Despesas com a atualização do certificado energético para o atual referencial (de 2016); Despesas com o processo de certificação energética nos casos em que não constitua uma obrigatoriedade legal para os edifícios a intervencionar. <p>Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo):</p> <ul style="list-style-type: none"> Despesas com o processo de certificação energética em que tal constitua uma obrigatoriedade legal para os edifícios a intervencionar. |
| | Relativamente à avaliação “ex-post” |
| | <ul style="list-style-type: none"> Despesas com a atualização do certificado energético para a situação após a conclusão da operação. <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <ul style="list-style-type: none"> “Auditorias energéticas” |

Anexo II

Custos-padrão máximos por tecnologia definidos pela DGEG

Os custos unitários máximos apresentados neste Anexo são sem IVA

CUSTO-PADRÃO

(para efeitos de análise de candidaturas ao Portugal 2020)

| Tipo de intervenção | Descrição da solução técnica | Caraterística dos elementos | Custo unitário máximo (€/m2) | Vida útil (anos) |
|-------------------------------|--|-----------------------------|------------------------------|------------------|
| Envolvente opaca | Aplicação de isolamento térmico contínuo em paredes (ETICS) com EPS 100 | Até 80 mm de isolamento | 41,0 | 25 |
| | Aplicação de isolamento térmico contínuo em paredes (ETICS) com EPS 150 | Até 80 mm de isolamento | 44,9 | 25 |
| | Aplicação de isolamento térmico no pavimento com EPS 150 | Até 100 mm de isolamento | 13,5 | 25 |
| | Aplicação de isolamento térmico na cobertura com EPS 150 | Até 100 mm de isolamento | 13,5 | 25 |
| | Aplicação de isolamento térmico na cobertura com lajetas térmicas XPS | Até 100 mm de isolamento | 25,0 | 25 |
| Envolvente envidraçada | Substituição de vãos envidraçados por soluções mais eficientes com caixilharia de PVC | Vidro duplo incolor | 260,0 | 35 |
| | Substituição de vãos envidraçados por soluções mais eficientes com caixilharia de alumínio com corte térmico | Vidro duplo low-e | 380,0 | 35 |
| | Dispositivos de sombreamento (estore veneziano ou equivalente) | -- | 100,0 | 10 |
| | Dispositivos de sombreamento (estores de lâminas de cor média) | -- | 70,0 | 10 |

| Tipo de intervenção | Descrição da solução técnica | Caraterística dos equipamentos | Custo unitário máximo (€/equipamento) | Vida útil (anos) |
|---------------------------------------|---|--------------------------------|---------------------------------------|------------------|
| Aquecimento de águas sanitárias (AQS) | Sistema solar de termossifão (kit), incluindo depósito 200 l, acessórios e tubagem, instalação, testes e transportes | 1 coletor / 2 m² | 2150 | 15 |
| | Sistema solar de termossifão (kit), incluindo depósito 300 l, acessórios e tubagem, instalação, testes e transportes | 2 coletores / 4 m² | 2850 | 15 |
| | Sistema solar de circulação forçada (kit), incluindo depósito 500 l, acessórios e tubagem, instalação, testes e transportes | 3 coletores / 6 m² | 6100 | 15 |
| | Sistema solar de circulação forçada (kit), incluindo depósito 500 l, acessórios e tubagem, instalação, testes e transportes | 4 coletores / 8 m² | 6900 | 15 |
| | Sistema solar de circulação forçada (peças), incluindo depósito 500 l, acessórios e tubagem, instalação, testes e transportes | 6 coletores / 12 m² | 9400 | 15 |
| | Sistema solar de circulação forçada (peças): coletor adicional | 1 coletor de 2 m² | 1000 | 15 |
| | Sistema solar de circulação forçada (peças): capacidade adicional do depósito (inclui aumento de capacidade do vaso de expansão e do grupo de circulação) | +500 litros | 3000 | 15 |
| | Esquentador compacto de exaustão ventilada | 11 litros/min | 320 | 15 |
| | Esquentador compacto de exaustão ventilada | 14 litros/min | 370 | 15 |
| | Esquentador compacto de exaustão ventilada | 18 litros/min | 400 | 15 |
| | Esquentador compacto, ventilado e estanque (adequado para apoio ao solar térmico) | 18 litros/min | 450 | 15 |
| | Esquentador de alta capacidade | 27 litros/min | 1400 | 15 |
| | Termoacumulador elétrico 2 kW | Até 75 litros | 175 | 20 |
| | Caldeira mural convencional a gás | Até 35 kW | 1750 | 20 |
| | Caldeira mural de condensação | Até 30 kW | 2250 | 20 |
| | Caldeira mural de condensação | Até 45 kW | 3200 | 20 |
| | Caldeira mural de condensação | Até 65 kW | 4100 | 20 |

| Tipo de intervenção | Descrição da solução técnica | Área Interior | Custo unitário máximo (€/m²) | |
|---------------------------------|---|----------------------|-------------------------------|------------------|
| Auditorias energéticas | Edifícios de habitação | Inferior a 100 m² | 140 | |
| | Edifícios de habitação | Entre 100 e 200 m² | 260 | |
| | Edifícios de habitação | Mais de 200 m² | 400 | |
| Tipo de intervenção | Descrição da solução técnica | Potência instalada | Custo unitário máximo (€/kWp) | Vida útil (anos) |
| Sistemas de produção de energia | Módulos fotovoltaicos com estrutura e inversor | Até 1,5 kwp | 2000 | 25 |
| | Sistema Solar fotovoltaico | Mais de 1,5 a 20 Kwp | 1700 | 25 |
| | Sistema Solar fotovoltaico | Mais de 20 kwp | 1400 | 25 |
| Tipo de intervenção | Descrição da solução técnica | Potência instalada | Custo unitário máximo | Vida útil (anos) |
| Sistemas de iluminação | Substituição de lâmpadas convencionais por tubos de led | Até 25W/lâmpada | 2 €/W | 12 |
| | Substituição de lâmpadas dicróicas por led | Até 15 W/lâmpada | 4 €/W | 12 |
| | | | | Vida útil (anos) |

Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia (dezembro de 2016)